Educação, Escolarização e Mobilidade Social

Maria Judith Sucupira da Costa Lins

RESUMO

O presente artigo trata da idéia da Educação, sob a forma de escolarização, enquanto instrumento que possibilitaria a mobilidade social. Trata-se de uma representação social bastante difundida no imaginário geral da sociedade brasileira e que nem sempre corresponde à realidade. Os problemas da qualidade da escola, do acesso à escola, das finalidades da escola ainda não estão plenamente resolvidos de modo que esta possa, além de seus outros fins específicos, ainda que indiretamente, servir como um instrumento de ascensão social. Discute-se então o papel da escola e também o papel do professor-educador neste contexto, enfatizando-se o significado político e ideológico da escola na sociedade. O estudo da escola e seus diferentes objetivos é uma questão que exige primeiramente uma uma reflexão sobre a sua identidade. Observa-se que a escola não pode ser analisada isoladamente das influências sociais, mas também não pode ser considerada como um instrumento através do qual haveria a mobilidade social desejada.

Maria Judith Sucupira da Costa Lins
Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Palavras-chaves: *escolarização; mobilidade social; sócio-cultural; desenvolvimento ; aprendizagem*

I - Introdução

Este artigo pretende analisar a questão bastante antiga no meio educacional, e sempre de grande atualidade, da relação entre Educação, na sua forma de Escolarização e a possibilidade da Mobilidade Social do indivíduo. Entende-se aqui Mobilidade Social no sentido da existência de um novo acesso a bens de consumo e qualidade de vida, antes não possível para o indivíduo, através de uma passagem para um outro segmento da sociedade caracterizado como economicamente superior. Estaremos entendendo que exista uma mudança de padrões de vida

que indicariam uma provável progressão vertical. Partiríamos então da pergunta básica: Serviria a escola ao indivíduo em sua aspiração a esta ascensão social ? O assunto é complexo por envolver não só aspectos sociais, como também os econômicos e culturais, e por isso não pode ser resolvido no limitado espaço de um artigo, restringindo-se assim este estudo a um questionamento e uma proposta de apresentação de elementos para a discussão.

Pode-se dizer, por observação empírica e geral, que existe no Brasil uma idéia difundida de que a Educação se constitui como uma alavanca para esta mobilidade vertical de um indivíduo enquanto indivíduo. Trata-se de uma representação social bastante veiculada, não só durante um determinado período histórico, mas que é facilmente encontrada em pronunciamentos diversos. Esta representação social está presente em diferentes pessoas na sociedade. No caso desta representação, a mobilidade é identificada observando-se o indivíduo dissociado de um contexto social próprio, ou seja, de uma classe social, e entendendo-se a sua vida de modo absoluto. Faz-se uma análise das características de comportamento e capacidades deste indivíduo e se passa a pensá-lo noutro contexto simplesmente como conseqüência de uma escolarização. Deste referencial estreito, parte-se para a afirmativa de que houve mobilidade social, considerando-se que a classe social permaneceria estática, tal como um compartimento, onde as pessoas se encontram, e da qual, nos casos das mais desfavorecidas, de algum modo procuram sair. A idéia de classe social encontra seu esboço numa concepção mágica, sem fundamentos históricos, impedindo que se observe o sujeito em sua totalidade e em sua integração social. Existe uma generalização referente a estas idéias, que se instala na observação das pessoas, difícil de ser evitada. Como se sabe, a representação social uma vez convertida em aceitação não é submetida a uma análise científica. *(Moscovici, 1986)* Deste modo não se realiza uma investigação científica e um estudo reflexivo que levem a um conceito, mas sumariamente se adota uma representação social como uma verdade. É a partir desta situação que o tema da educação, escolarização e mobilidade social se torna algo diluído e difícil de ser entendido em suas raízes próprias. Pode-se avaliar a força destas representações sociais principalmente quando se entendem "as representações sociais como princípios geradores de tomadas de posição que são ligadas a inserções específicas num conjunto de relações sociais" *(Doise, 1986, p.89)*. Ainda no que diz respeito a estas deformações perceptivas que substituem um conceito científico por imagens e interpretações, lembremo-nos do que afirma Gilbert Durand, quando mostra que a sociedade tecnocrática de nossos dias , apesar de se julgar tão científica, não foge a este risco, pois está

plena de mitos e de simbologias. A imaginação simbólica, individual ou coletiva, poderia levar a este pensamento de que provavelmente a escola estivesse exercendo um papel desta natureza, isto é, agindo como um instrumento de mobilidade social. Seria este mais um dentre os muitos mitos que invadem a sociedade e tomam o lugar de verdades, tornando-se mais inabaláveis que estas. Estes mitos vão criando expectativas e sustentando por outro lado situações que aparentemente estariam sofrendo reais modificações. *(Durand, 1984)*

Apesar de termos apresentado estas posições referentes à imaginação simbólica ou à representação social, não discutiremos neste espaço a questão segundo estas linhas de pensamento. Apenas procuramos introduzir estas perspectivas para situar a origem do tema, já que este nos parece constituir uma forte representação social firmemente ancorada no imaginário brasileiro como um todo.

Poderíamos tentar expor conceitos de Educação, perguntar mais uma vez, e nunca seria demasiado, sobre qual o caminho da Educação ou qual o seu papel, mas tudo isso já tem sido fartamente discutido e não vem a constituir o núcleo central de interesse num momento em que visamos mais objetivamente os aspectos sociológicos da questão.

Muitas ramificações e desdobramentos são possíveis e se oferecem a quem se interessar pelo assunto, podendo-se perguntar se a escola tem como papel fornecer alguma mobilidade social. Em que medida a educação através da escola afetaria esta mobilidade social, e também por outros meios, seria um outro caminho interessante. A relação da escolarização do sujeito com a sua inserção social não é um estudo novo, e sobre esta pode-se encontrar um conjunto de posicionamentos. Os efeitos da escolarização na vida social do sujeito, havendo ou não mobilidade social, têm sido também amplamente estudados.

Recentes dados que foram divulgados pelo MEC em relação às expectativas dos alunos egressos do ensino de 2° grau mostram que os alunos (98% das escolas entrevistadas são públicas) de modo geral apenas estão ali porque o ensino é gratuito, notadamente os fluminenses (26,52 %). Levando-se em consideração os outros estados, a média de respostas referente à escolha da escola por ser gratuita foi de 19,13%. Também se observou que existe uma preocupação com o ingresso no mercado de trabalho, havendo uma grande incidência de respostas referentes ao problema da obtenção de um emprego. No Rio de Janeiro, 18,05 % dos alunos estão interessados em concluir o curso de segundo grau visando conseguir um emprego. Mas as suas expectativas quanto a um emprego melhor depois da conclusão do ensino médio não são altas. Somente 20,33% dos alunos dis-

se ter expectativa de conseguir emprego melhor depois da conclusão do ensino médio. Isto é, menos de um quarto dos alunos acredita que a escolarização vai lhe trazer um benefício real quanto à obtenção de um melhor emprego, o que significaria um melhor posicionamento na sociedade. Ao mesmo tempo, segundo ainda esta pesquisa, os estudantes do Rio são os que mais desejam entrar numa faculdade, o que poderia ser interpretado como um desejo de mobilidade social, sabendo-se que a quase totalidade dos entrevistados, por sua origem, se encontra em uma classe social desfavorecida economicamente. Dos entrevistados, 22,31% pretendem ingressar no ensino superior. O Ensino Superior ainda é considerado um elemento para que esta ascensão social possa acontecer. Possuir um diploma de Ensino Superior representa muitas vezes uma questão de elevação social com referência aos pares, além de uma melhor possibilidade de se arranjar um emprego. Quanto à origem sócio-econômica destes estudantes, observe-se que somente no Rio de Janeiro, para se ter uma idéia, 63,7% dos alunos pertencem a famílias com renda familiar de apenas até R$720,00. *(O GLOBO -28.3.1998)*

A questão da identificação da classe à qual o sujeito pertence é reconhecidamente das mais difíceis. Pesquisas recentes mostram que 12% da população brasileira pertence à classe média, e como apenas 7% da matrícula no ensino básico está em escolas particulares, isto mostra que nem mesmo a metade das crianças da classe média está freqüentando estas escolas *(Castro, 1997)*

Estes dados reforçam o peso das informações divulgadas pelo MEC, na medida em que a maioria dos alunos freqüentam as escolas públicas, segundo já foi citado.

O que não se tem como dado é qual foi a real capacitação destes jovens oferecida ao longo desta escolarização que, é preciso que seja destacado desde logo, se trata de um privilégio em relação à totalidade da população nesta faixa etária, já que o número de excluídos do sistema escolar ainda permanece muito grande. O que se observa na leitura de resultados de concursos de vestibular, concursos em geral para empregos públicos ou particulares, provas de conclusão de curso superior é que, independente de uma vinculação com a classe social, o aluno não tem encontrado na escola um forte fator de desenvolvimento cognitivo-afetivo-social, de aprimoramento cultural ou de aquisição de conteúdos e informações. Na verdade não é tão independente da vinculação com a classe social, quando se observa que os alunos que obtiveram seus diplomas e certificados, ou aqueles que foram classificados nestes concursos se encontram em sua grande maioria nos segmentos das classes média alta e alta. O que pretendemos com esta afirmação é mostrar que antes mesmo de

se colocar em foco a questão da mobilidade social já nos deparamos com a deficiência dos objetivos de instrução mais elementares a que toda escola deveria se propor. Não precisamos nos estender nesta verificação, por ser praticamente uma informação de domínio público, já bastante veiculada e difundida. O desempenho escolar inferior das crianças negras e latinas, por exemplo, é um tema que vem sendo muito estudado e, para explicar estes resultados, muitos são os autores que apontam "a desigualdade das facilidades educacionais" como a base sobre a qual todo o processo se desenrola. *(Ausubel, Novak, Hanesian 1980, p.407)*

Sintetizando, sem que um estudo sobre as causas seja aqui apresentado, o que observamos, notadamente em nossa prática educacional, como professora, é um alarmante desperdício da inteligência da criança e do jovem. E mais sério ainda se torna o problema para um país que não cuida da educação de suas crianças e de sua juventude, no que se refere ao grande contingente numérico de crianças e jovens das classes mais baixas economicamente. Este problema da inteligência mal aproveitada e do baixo nível de desenvolvimento global dos alunos não é exclusivo da realidade brasileira, tendo sido objeto de análise também em outras sociedades *(Schiff, 1994)*

Pode-se pensar que esta questão perde em importância quando se observa a grande quantidade de crianças e jovens fora da escola. Dentro desta ótica, falar de educação, escolarização e mobilidade social ficaria sem efeito, sem um grande significado estatístico, pelo reduzido alcance da instituição escolar. São muitos os que na realidade brasileira passam ao largo da interferência da escola, pelo simples e terrível fato de jamais terem freqüentado uma escola, ou mesmo porque dela bem cedo tenham se evadido, ou sido expulsos, por variadas razões. Muitas pesquisas têm de modo exaustivo citado esta evidência.

Uma outra vertente que poderia ser analisada é a que diz respeito à influência dos meios de comunicação social, mas isto já é tema para outro artigo, e foge ao nosso enfoque. Certamente que hoje não podem ser esquecidos, não apenas como concorrentes da escola, como algumas vezes são denominados, pois muitas vezes têm suplantado a escola no que diz respeito à provocação de reais mudanças na forma de pensar do indivíduo e conseqüente criação de novas aspirações em suas vidas, mas também como colaboradores. Os efeitos dos meios de comunicação, principalmente da televisão, têm sido amplamente estudados, e constantemente são objeto de profundas e extensas discussões.

Por outro lado, estudos sobre currículos e programas das diferentes escolas também podem ser uma

fonte de informações num sentido mais específico da questão, o que não é o presente caso. As sucessivas legislações têm-se preocupado com este aspecto e a cada nova diretriz governamental seguem-se pareceres ou parâmetros curriculares, como é o caso agora, seguindo-se à *Lei nº 9394 / 96*.

O que acontece no interior de uma instituição escolar tem sido objeto de pesquisas, muitas vezes sem que o próprio contexto social seja levado em conta, o que de certo modo traz uma perda considerável em substância. A influência do contexto social sobre o aluno e as suas diferenças sociais devem ser observadas como fatores que interferem em múltiplos aspectos, principalmente no tipo de expectativa do professor. Esta é também uma variável da maior importância, pois a atuação do professor será determinada por tudo que este espera de seus alunos.

Rist (1977) salienta esta atenção dada pelos estudiosos aos fatores interiores da escola enquanto forças capazes de provocar alterações sensíveis no aluno. O papel da escola como elemento modificador do sujeito é então ressaltado e pode-se fazer de algum modo uma analogia com a luta que o indivíduo tem na sua vida como um todo em seu meio social. Mesmo com as violentas e muitas vezes inesperadas transformações sofridas pelo mundo nestes últimos 30 anos, a escola teria uma força a ser valorizada e melhor aproveitada, no que diz respeito à formação do sujeito. As observações do autor não perderam o sentido apesar das mudanças acontecidas em todos os pontos do planeta.

O problema da escolarização é grave, encontrando-se o ponto mais crítico na definição precisa dos objetivos da escola. No caso específico do ensino médio, ou como era chamado pela Lei 5692/71, o ensino de 2º, a questão ainda é mais séria. "Queiramos ou não, o Brasil possui um sistema de segundo grau acadêmico e profissionalizante elitizados - acessível a uma fração reduzida dos alunos. O ensino acadêmico de qualidade é acessível a uma fração desprezível da população." *(Oliveira, 1985, p.301)*

II - Analisando a Situação-Problema

Analisar o problema proposto como objeto de estudo neste artigo não é tarefa das mais simples, já que muitas são as variáveis. Evidentemente que o enfoque sobre a escola ganha uma prioridade e nos permitirá um embasamento para os pontos que se seguirão, por isso vejamos este aspecto.

Sobre o problema da escola e de seu papel, filósofos e educadores brasileiros muito têm refletido. Analisando a realidade brasileira observou-se que não havia interesse da parte

da escola brasileira de servir de elemento renovador do indivíduo. Por isso, numa preocupação com a falta de ação governamental em relação a uma atuação mais significativa da escola sobre a situação social dos cidadãos, encontramos a afirmação: "as elites dominantes dos países subdesenvolvidos não crêem na educação como fator de desenvolvimento, apesar da retórica em contrário." *(Mendes, 1983,p.59)*. Esta "retórica em contrário" é o que mais vem alimentando o imaginário popular, havendo mesmo famílias que se iludem, acreditando que somente porque estão conseguindo uma vaga para o filho numa escola, e conseguem ainda conservá-lo nesta escola, sem necessidade premente de retirá-lo, teriam assegurado o seu futuro.

Considerando a importância, provável ou real, da escola no que diz respeito ao desenvolvimento do indivíduo e a conseqüente evolução de sua posição social, a Profº. Namo de Mello afirma que "garantindo melhores condições de aprendizagem a elas (crianças desfavorecidas) realiza-se seu sentido (da escola) político." *(Mello,1982, p.15)* Depois de um minucioso trabalho, analisando a atuação do professor e a sua influência no desenvolvimento da criança, a citada educadora traz o problema para dentro da escola, considerada todo o tempo como um fator decisivo na questão social. Muito se tem debatido sobre os posicionamentos desta autora, sobre a questão da competência da escola, e na verdade não se tem uma resposta conclusiva. Certamente que melhorar as condições de aprendizagem de todos os alunos tem que ser um dos objetivos primordiais da escola, instituição que além de seu caráter formador deverá se responsabilizar pelo aspecto informativo. No entanto não nos parece que, se apenas este objetivo instrutivo for alcançado, o problema estará resolvido. A questão é complexa e tem que ser abordada em sua complexidade, de modo algum sendo esquecido o fator social.

Este é um problema que não afeta apenas a escola brasileira. Em muitas universidades em diversos países os estudos relativos à inserção da criança na sociedade e melhoria de sua condição de vida através da escolarização têm levado a medidas práticas variadas. Em algumas escolas da Alemanha já começam a ser reservadas vagas para alunos imigrantes, de modo que eles possam ter o mesmo instrumental que as outras crianças, freqüentando as mesmas escolas. Esta é uma posição que pode ser observada na Laborschule de Bielefeld *(Lins, 1995)*. No entanto não é uma medida generalizada, permanecendo em muitas regiões a estrutura da desigualdade, com as escolas orientadas para a Universidade - Gymnasium - privilegiadas em relação às escolas para os mais desfavorecidos. *Vanilda Paiva (1996)* faz um pertinente comentário sobre as diferenças na escolarização analisando as reformas educacionais alemãs na década de 60.

Outros pesquisadores interessados no mesmo assunto buscaram entender o problema, analisando o acesso à escola e a permanência nesta instituição de estudantes de classes sociais diferentes. Um destes estudos mostra que o acesso à escola, embora seja um direito fundamental de todo cidadão, não se constitui numa forma de mobilidade escolar garantida, pois na realidade "outras coisas são necessárias e uma pessoa que adquire escolarização apenas começou a se mover". E mais adiante ainda, o autor mostra que a questão das diferenças de classes deve ser levada em conta, compreendida e também abordada como fator importante a ser entendido, afirmando que "o educador encara um real dilema em tais situações, onde grupos subordinados exigem treinamento na cultura dominante para "sucesso" social". *(Becker, 1971, p.93-5)*

Sobre esta questão das formas de treinamento de grupos subordinados em relação a elementos da cultura dominante, muitos têm sido os estudos que se debruçam para a prática pedagógica , desde a alfabetização até a formação profissional. Argumenta-se que a busca de conteúdos programáticos pode se constituir num instrumento de manipulação do professor, mas em contrapartida a manutenção de conteúdos restritos a uma classe ou grupo cultural impede o acesso de seus integrantes às ferramentas dos outros grupos, o que os tornaria incapazes de uma concorrência em condições semelhantes.

Ainda no que diz respeito à escolarização diversificada e suas implicações, observe-se o mesmo autor em sua afirmativa: "em resumo, educadores em sociedades culturalmente diferenciadas são presos por este dilema: levar a educação "para baixo" ao nível do grupo subordinado e assim dar algo, mas não muito, para todos, ou "manter padrões" e assim ajudar somente aos poucos favorecidos ? Em qualquer que seja a direção que eles se movam, terminarão por perpetuar as diferenças culturais entre os grupos e diminuindo o fluxo de mobilidade pela contínua desvantagem daqueles na base." *(Becker, 1971, p.96)*

Na verdade o problema envolve um paradoxo de difícil solução, pois se de um lado as escolas têm um papel importante na socialização dos saberes e na divulgação sistematizada da informação, por outro lado tendem a uma manutenção da situação social, tese esta bastante conhecida, graças à divulgação da obra de *Bourdieu & Passeron (1975)*. A idéia do sistema escolar como um aparelho com objetivo de conservação de uma situação de classes sociais e econômicas é cada vez mais divulgada. Em vez de um instrumento de mobilidade social, a escola é analisada e considerada como um fator de manutenção do poder da classe dominante. Será que é possível acontecer numa sociedade complexa e dinâmica a mecânica rotina de uma repetição sem que alterações venham a acontecer ?

Alguns educadores se fecham neste esquema e não buscam refletir sobre outras alternativas para a escola, que teria então outros papéis.

Em posição oposta, observe-se o seguinte trecho:

> A Educação é, então, tipicamente percebida como um instrumento de mobilidade social, e não simplesmente como de reprodução do sistema, tal como é entendida por muitas teorias a respeito de seu papel social. Isto não quer dizer, evidentemente, que a educação deixe de ser em grande parte um sistema que reproduz a estrutura de estratificação da sociedade. É possível pensar que em setores rurais mais desenvolvidos, nos estados sulinos do país, a educação dos filhos tenha por objetivo principal transmitir o nível cultural e de conhecimento dos pais, mantendo assim uma situação de estabilidade. Por outra parte, o fato de a educação ser percebida como canal de mobilidade nada nos diz das dificuldades, que sabemos ser enormes, de estes canais serem utilizados para a mobilidade intergeracional de pais extremamente pobres e analfabetos. Os sucessos e fracassos na utilização destes canais estarão certamente muito correlacionados com condições sócio-econômicas e educacionais prévias. Por outra parte, o fato de o sistema educacional brasileiro ter estado se expandindo através do tempo indica que esta função de mobilidade realmente se dá." *(Nunes, Schwartzman & Wrobel, 1977)*

Quanto à última parte da citação, não concordamos que o fato do número de matrículas ter realmente se expandido nos últimos anos indique a existência da mobilidade social. Não há uma correlação tão direta assim que nos leve a pensar que um maior contingente de alunos freqüentando a escola signifique a garantia de que terão acesso a bens e a posições de uma classe social economicamente superior. É muito precoce afirmar que exista esta consequência, pois o que se observa é o contrário, principalmente neste final de milênio com a crescente onda de desemprego.

Numa profunda e brilhante análise da crise da educação na modernidade, Hannah Arendt observa que a escola tem existido em todas as sociedades com uma função conservadora, vivendo por isso dialeticamente no que diz respeito à utopia da igualdade de oportunidades para todos apregoada por esta mesma escola. As novas gerações são aculturadas através da inserção na escola e dificilmente as diferenças encontram lugar numa proposta de ensino voltada para os objetivos mais amplos da própria sociedade. Há, segundo o pensamento da referida filósofa, uma preocupação das famílias e das culturas relativa às suas crianças de introduzi-las num mundo já existente, por isso chega a afirmar que a educação de adultos não tem sentido em si mesmo, sendo um instrumento político antes de tudo. *(Arendt, 1972)* Muito se poderia discutir em relação principalmente a esta posição da autora quanto à educação de adultos. Em diferentes situações ela se posicionou lucidamente diante de medidas que

pareciam favorecer grupos minoritários no seu processo de crescimento dentro da sociedade dominante e que na verdade camuflavam uma pretensão de manutenção do *status quo*.

É neste sentido que o duplo papel da escola se revela, pois " as escolas funcionam de modo importante na operação do sistema de *status* e de classe social das sociedades nas quais elas existem. Quando uma sociedade contém grupos em desvantagem, a educação é um dos meios possíveis de mobilidade para eles, assim como é um meio pelo qual membros do grupo dominante mantêm seu *status*. A educação pode fornecer uma grande quantidade de oportunidades para os grupos em desvantagem, se todos os grupos tiverem uma chance igual em obter educação." *(Becker, 1971, p.103)* Refletindo sobre esta afirmativa pode-se observar que a questão não é tão fácil assim como parece. Perguntamos então, se a educação sendo um meio possível de mobilidade, será que isto já garantiria o processo de ascensão social ? Não nos parece suficiente também falar em "chance igual para obter educação", pois outros fatores interferem fortemente durante toda a vida do aluno, modificando de uma maneira ou outra o curso de sua história pessoal na sociedade. Mesmo se o autor afirma que a escola atua como instrumento de ascensão social, tendo uma ação eficaz no seu propósito de fornecer condições para a mudança das classes sociais, ainda assim isso não pode ser considerado como uma garantia. Pode-se facilmente constatar que nem sempre este é o resultado encontrado, ou mesmo que apenas em casos isolados e sem uma significação específica acontece a mobilidade social. A polêmica não tem fim, e de acordo com o nosso objetivo de mostrar diferentes posturas face ao problema, observamos a seguinte afirmativa: "mostrou-se que as crianças nascidas em classes mais baixas que realmente recebem uma educação comparável à das crianças de classe superior experimentam fortemente chances de mobilidade para cima." *(Anderson, 1971, p.165)* A partir desta visão a escola é conceituada como um elemento de mudança eficiente, produzindo esta revolução social. No entanto nem sempre este é o resultado encontrado por todos os pesquisadores, como se pode observar na seguinte conclusão: "a escola neste processo de mobilidade social exerce essencialmente um papel passivo, ou ao menos secundário." *(Rogoff, 1971, p.242)* Para chegar a esta afirmativa, o autor observou que os professores agem em sua ação pedagógica sempre conforme certas contingências sociais, desde o primeiro momento quando estabelecem as suas expectativas básicas, que, segundo suas pesquisas, variariam conforme a origem dos alunos. Estas expectativas têm sido bastante analisadas e podem ser provenientes de fatores múltiplos que agem diretamente sobre o professor, desde como, por exemplo, a sua formação pedagógica e a sua visão política do mundo. É

bastante conhecido, pois já vem sendo divulgado há bastante tempo, o estudo da influência destas expectativas dos professores em relação ao desempenho em geral de seus alunos. *(Rosenthal & Jacokson, 1968)*

Outro interessante trabalho que deve ser discutido analisa as questões relativas ao *status* sócio-econômico, inteligência e aquisição escolar. Neste estudo os autores mostram as variáveis que interferem no processo de escolarização, salientando a interdependência destas e a muilticiplidade de aspectos exercendo influência sobre os alunos. *(Sewell & Shah, 1977)* Acompanhando longitudinalmente os estudantes, os autores observam que as maiores dificuldades já existem no próprio acesso ao sistema educacional, e que de alguma forma ao terminar a educação fundamental houve uma aquisição que vai permitir ao aluno ou não o acesso ao nível superior. Uma vez tendo ingressado no nível superior, as diferenças de classes não seriam mais tão marcantes, lembrando-se que nesta etapa acontece uma seleção prévia das mais rígidas. Estes autores citam o trabalho de *Wolfe (1954)*, onde foi concluído que "o aluno que entra no *college* já superou a maioria das desvantagens que o seu ambiente familiar oferece; uma vez ali, as suas possibilidades de conclusão do curso dependem muito mais de suas habilidades e muito menos do *background* de sua família do que eram as suas chances de conseguir ingressar no *college*. *(Wolfe, apud Sewell & Shah, 1977, p.198)*. Interessante observar nesta afirmativa a ênfase dada às capacidades próprias do sujeito, as quais então teriam oportunidade de aparecer, quando o fator relativo às características individuais de cada pessoa sobressai e tem mais importância e poder de interferência do que o grupo social ao qual ele pertence enquanto membro de uma determinada classe.

Quando se pretende refletir sobre o papel da escola na mobilidade social, e se há realmente algum papel desta natureza a ser desempenhado por esta instituição, o nível e grau de instrução e a posição social que o indivíduo ocupa têm que ser estudados em suas possíveis correlações. Quais seriam estas correlações ? A escola, por exemplo, não é mais na verdade a grande formadora de mercado de trabalho. Observa-se facilmente que não existe mais uma correspondência entre o nível de instrução de um indivíduo e a posição que este ocupa na sociedade ou o nível de riqueza possuída. Isto nos leva a perguntar se a escola teria mesmo tanta importância na formação do sujeito enquanto alguém capacitado para exercer um trabalho, para ganhar a vida. Não observamos uma coerência naquilo que a escola oferece e o que o mundo do trabalho exige, nem mesmo no que a escola proporcionou ao indivíduo enquanto formação e o seu *status* social, o que nos leva

a descrer numa possibilidade da escola exercendo um papel maior nesta questão. Isto não significa um pessimismo pedagógico, pois a situação pode ser revertida, uma mudança na escola poderia alterar esta situação.

Por outro lado, cada vez mais se exige enquanto especialização ou treinamento específico para que uma pessoa possa exercer uma profissão. Regulamenta-se uma determinada profissão tomando-se como referencial básico também a quantidade e a qualidade de escolarização necessária para o seu exercício, fragmentando-se cada vez mais o trabalho do homem na sociedade, e de alguma forma estabelecendo-se uma ligação escola profissão, ao menos em termos de preparação exigida. No entanto a questão da escolarização não é um fato isolado, pois como se sabe: "É trajetória conhecida na história da humanidade a progressiva e longa evolução da produção e da transmissão do saber conjunturalmente com as estruturas políticas e econômicas vigentes. O mundo contemporâneo não inovou neste particular, embora tenha sistematizado mais radicalmente a contribuição das instituições educacionais no rol das instituições que dão sustentação a esta articulação." *(Therrien, 1996, p.54)*

Poderíamos entender também esta questão reduzindo as situações macro em última instância a nível de sala de aula. Observando-se então diretamente as salas de aula, crescerá tremendamente em importância o que se espera de um professor. Sobre as diversidades de oportunidades de escolarização das crianças americanas, destacamos um estudo sobre as escolas onde o autor observa: "embora muito da diferença na educação americana esteja entre escolas, mesmo em uma dada escola, crianças diferentes recebem educação diferente." *(Bowles, 1977, p.137)*

A qualidade da formação do professor, sua postura ideológica, suas expectativas, sua metodologia e o conteúdo, tudo isso passa a ter uma grande importância na questão da escola enquanto elemento de interferência na mobilidade social. Muitas vezes na medida em que se coloca o problema do fracasso escolar como sendo causado por contingências externas apenas, está se eximindo de algum modo a escola da responsabilidade, ou seja, de quem trabalha nestas escolas. Não há muitas pesquisas referentes ao assunto, mas alguns elementos tais como a reduzida procura dos cursos superiores de formação de professores (as licenciaturas) são um indicador claro do enorme desprestígio que atualmente sofre este profissional, como se pode conferir por exemplo através de dados estatísticos de pesquisas realizadas pelo Cesgranrio.

Procuramos aqui apresentar os argumentos de estudos favoráveis e contrários à força que a escola teria enquanto acionadora ou não da mo-

bilidade social, promovendo a discussão, levando a uma reflexão da necessidade de mais pesquisas sobre o assunto, principalmente no que diz respeito à educação no caso brasileiro. Para melhor se entender esta relação, observe-se a importância da construção social em relação à formação do conceito de indivíduo, que é um dos pontos básicos a ser trabalhado na escola como pressuposto para a sua consciência de inserção na sociedade. *(Teixeira, 1996, p.71-82)*

A questão da mobilidade social é por si mesma bastante complexa e, quando se trata de relacioná-la com o sistema educacional, vários outros elementos passam a contribuir para maior dificuldade de solução. Quando se estuda o problema, diversas teorias sociais são encontradas e assim tem-se que levar sempre em conta as diferenças típicas de cada sociedade, mesmo que algumas generalizações possam ser feitas.

A escola vem sendo analisada desde sua própria razão de existência, discutindo-se se é necessária ou não, chegando-se aos estudos que apontam a possibilidade de uma pseudo - mobilidade social. Entende-se este conceito da seguinte forma: "A pseudo - mobilidade social, o fato de alguns indivíduos conseguirem franquear certas barreiras classistas, funciona como um mecanismo compensador, reforçante de um rígido conservadorismo social, pois a dominação mesma, de uma classe social por outra, permanece firme e inquestionável." *(Stein, 1981, p.43-4)* Com respeito à pseudo-mobilidade podemos acrescentar a crítica à educação liberal, principalmente através da análise da situação na Alemanha Ocidental, no estudo sobre educação formal, cidadania e força de trabalho. *(Lenhardt, 1996, p.37-53)* A questão do mercado de trabalho é bastante complexa e pode-se observar que um outro indicador geralmente apontado como significante na relação mobilidade social/escolarização é a ocupação que o sujeito irá exercer. O tipo de trabalho obtido por alguém revelaria a sua posição social e pode ser analisado enquanto uma conseqüência ou não da quantidade e qualidade de sua escolarização, como também do meio social do qual é proveniente. É com esta perspectiva que a aquisição ocupacional ocupa um lugar central na análise da estratificação e mobilidade social, conforme *Collins (1977)*.

Discutindo-se os diversos modelos de sociedade e o papel da escola dentro destes, observa-se que não há na realidade a mobilidade social tão sonhada, tendo a escola um papel muitas vezes repressor e dominador. Mas ainda assim " a educação representa uma das poucas esperanças de mobilidade social de geração a geração para a maioria das famílias e indivíduos, de tal maneira que, enquanto a ideologia da realização educacional persistir, também persistirá a exigência de mais educação como um

instrumento para a obtenção de *status*." *(Carnoy, 1984, p. 79)*

III - Conclusão

Estes são alguns exemplos da complexa discussão que vem se realizando em torno do problema proposto que já permitem uma reflexão. A questão da escola em sua relação com o contexto social é um problema que tem nos desafiado constantemente, não só em termos da escolarização enquanto uma etapa, com as suas obrigações e compromissos específicos, mas principalmente quanto aos efeitos reais e posteriores na vida futura deste mesmo sujeito. Cada aluno ao chegar à escola traz uma bagagem própria, particular, em grande parte construída por contingências sócio-culturais. A classe social a que pertence vai lhe fornecer elementos típicos que de alguma forma terão moldado a sua personalidade, criado seus traços peculiares, em combinação com as suas características próprias.

Todo o processo conhecido como a "aculturação" está preso ao tipo de meio social no qual o sujeito está mergulhado. *(Cole, 1996)* Não podemos distinguir neste enfoque a cultura da classe social, mesmo que não sejam sinonimizadas, é sabido que uma classe social chega a elaborar construções específicas tais, que irão se constituir numa forma própria de cultura. Esta classe social é o círculo mais próximo da criança, é também o que lhe oferece um maior número de subsídios para a construção de sua totalidade enquanto pessoa e neste caso a escola vai aparecer como um fator institucionalizado contribuindo para esta "aculturação."

Num trabalho resumido como o presente não é possível se estabelecer simplesmente algumas conclusões sem se correr o risco de ficar na superficialidade do problema, por isso evitaremos fechar a discussão, apresentando somente algumas reflexões gerais. Pode-se notar que dentre as idéias mais importantes salienta-se a compreensão de que a Educação enquanto um sistema de escolarização tem realmente um papel extremamente complexo, indo muito além do ensinar a ler, escrever e contar, tradicionalmente considerado. A sua influência será variada e intensa sobre o aluno, embora jamais de forma isolada ou absoluta. A Educação não pode ser considerada como a Panacéia que alguém poderia supor, ou como alguns gostariam que fosse, capaz de resolver todos os problemas, tanto do indivíduo como da sociedade, inclusive aqueles relativos às questões específicas de grupos sociais. Muitas são as variáveis que interferem na vida de um sujeito sob a ação da sociedade e que escapam ao controle da Educação, mesmo sistemática, intencional e organizada.

Iniciamos este artigo destacando como questão básica a pergunta:

Tem a escola que fornecer a mobilidade social ? Pelo que observamos no decorrer das reflexões podemos afirmar que a resposta será variável segundo fundamentos que expliquem a escola e a sociedade de modo próprios. Sobre a função da escola muito se discute hoje, havendo posicionamentos políticos e ideológicos diferentes. Consideramos que a escola pode, além de suas outras funções pedagógicas primordiais, fornecendo condições ao indivíduo para o seu próprio desenvolvimento, de alguma forma *contribuir* para a mobilidade social, sem contudo *determiná-la*, o que seria impossível, já que não é o único fator de interferência. A escola ficaria reduzida a um sentido meramente instrumental se fosse tomada apenas como um meio de ascensão social e perderia seu caráter mais amplo de instituição de Educação. Além de fornecer ensino, ou até mesmo se alguém assim o considerar, de preparar indivíduos profissionalmente, a Escola tem que se preocupar em primeiro lugar com a sua função educativa, tomando-se Educação no sentido de formação da pessoa. Volta-se assim ao ponto inicial da discussão, esbarrando-se no problema básico do conceito de Educação.

A diversidade de resultados de pesquisas e de posicionamentos quanto à Educação enquanto Escolarização e a Mobilidade Social nos mostra que o tema não pode ser analisado sem que outros fatores sejam levados em consideração. Quando influências positivas ou negativas são apontadas, elas não aparecem isoladamente, mas sim num quadro complexo da vida social do sujeito. O poder da escola enquanto instrumento de uma determinada classe social tem sido estudado, a força da escola funcionando como um gueto que separa e isola seus alunos de outras influências também tem sido analisada. O próprio acesso à escola não é amplo, havendo caminhos específicos para cada uma delas, que serão trilhados por sujeitos segundo critérios pré-determinados, incluindo-se entre estes a própria origem social.

Na medida em que se considere a escola com alguma possibilidade, se bem que de significação não muito forte, na promoção da mobilidade social do aluno, um aspecto crescente a ser considerado é o papel do educador. Como o educador entende o seu papel na escola será um fator decisivo na questão. Assim concluímos apontando uma nova perspectiva para a discussão, desta vez tendo como centro de debates o educador. O estudo da escolarização e a mobilidade social leva à necessidade de uma outra análise, a que se refere ao educador-professor, aquele que na escola está diretamente relacionado com o aluno.

ABSTRACT

This paper deals with the idea of Education, which happens in a school, as a tool that would make possible the social mobility. This is a well spread social representation found in the general imaginary of the Brazilian society though it is not always true. Problems like the quality of school, how to access to school and the aims of school are not yet completely solved, so it can not yet, in addition to these aims, even in an indirect way, serve as a tool of social progression. The role of the school and also the role of the teacher/educator were analysed in this context and at the same time the political and ideological meaning of the school in the society was emphasised. The study of the school and its different aims is a question which requires first of all a reflection about its identity.

We have observed that school can not be analysed apart from social influences, but it should not be taken as a tool for the desired social mobility.

Keywords: *Schooling – Social mobility – Cultural and social – Development – Learning.*

RESUMEN

El siguiente artículo trata de la idea de la Educación bajo la forma de una escolarización como un instrumento que posibilitaría la movilidad social. Se trata de una representación social bastante difundida en el imaginario general de la sociedad brasileña y que no siempre corresponde con la realidad. Los problemas de la calidad de la escuela, del acceso a la escuela, de las finalidades de la escuela, aún no están plenamente resueltos de modo que ésta pueda, además de sus propios fines específicos, aunque indirectamente, servir como un medio de ascensión social. Es entonces cuando se discute el papel de la escuela y también el papel del profesor-educador en este contexto, recordando la importancia política e ideológica de la escuela en la sociedad. La escuela cuando es utilizada en un sentido utilitario para diferentes objetivos es un punto que exige una reflexión sobre su identidad. Se observa que la escuela no puede ser analizada aisladamente ni creer que es un medio a través del cual habría una movilidad social deseada.

Palabras-clave: *Escolarización – Movilidad social – Socio-cultural – Desarrollo – Aprendizaje.*

Referências Bibliográficas

ANDERSON,C. A skeptical note on education and mobility. In: HALSEY, A.H., FLOUD, J., ANDERSON, C.A. (Ed.) *Education, economy and society*. New York: The Free Press, 1971. p. 164-82.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972. 351p. (Debates)

AUSUBEL, D.P., NOVAK, J.D., HANESIAN, H. *Psicologia educacional*. 2 ed. Tradução por Eva Nick et al. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. Tradução de: Educational psychology. 625p.

BECKER, H. Schools and systems of stratification. In: HALSEY, A.H., FLOUD, J., ANDERSON, C.A. (Ed.) *Education, economy and society*. New York: The Free Press,1971. p. 93-104.

BOURDIEU, P., PASSERON, J-C. *A reprodução*. Tradução por Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. 238p. Tradução de La reproduction.

BOWLES, S. Unequal Education and the reproduction of the social division of tabor : In: KARABEL, J., HALSEY, A.H. (Org.) *Power and ideology in Education*. New York: Oxford University Press., 1977. p. 137-52.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF., v. 134, n. 248, p. 27.833-41, 23 dez. 1996. Seção 1. Lei Darcy Ribeiro.

CASTRO, C.M.- Ensino privado ou público: eis a (falsa) questão. *ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* Rio deJaneiro, v.5, n 17, p.423-52, out/dez 1997.

CARNOY, M. *Educação, Economia e Estado*: base e superestrutura, relações e mediações. Tradução por Dagmar Zibas. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984. 88p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 13)

COLE, M. *Cultural Psychology*: a once and future discipline. Cambridge (Mass.): Belknap Harvard, 1996. 400p.

COLLINS, R. Functional and conflict theories of educational stratification. In: KARABEL, J., HALSEY, A.H. (Org) *Power and ideology in Education*. New York: Oxford University Press, 1977. p. 118-36.

DOISE, W. Les représentations sociales: définition d'un concept. In: DOISE, W., PALMONARI, A. (ORG.). *L'étude des représentations sociales*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1986. p. 81-94.

DURAND, G. *L'imagination symbolique*. Paris: Univer. de France, 1984. 132p. (Collection quadrige; 51)

LENHARDT,G Educação formal, cidadania e força de trabalho. In: PAIVA, V. (Org.) A atualidade da Escola de Frankfurt. *Contemporaneidade e Educação*. Rio de Janeiro, v.1, n.0, p.37-53 set. 1996.

LINS, M. J. S. C. Uma nova forma de avaliação para o 1o Grau. *ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.3, n.9, p.433 - 42,out/dez 1995.

MELLO,G. N. *Magistério de 1o Grau*: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. 151p. (Coleção Educação Contemporânea)

MENDES, D.T. Existe uma Filosofia da Educação brasileira ? In: MENDES, D.T. (Coord.) *Filosofia da Educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 239p. (Educação e transformação; v.6)

MOSCOVICI, S. L'ère des representations sociales. In: DOISE, W., PALMONARI, A. (Org.) *L'étude des représentations sociales*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1986. p.34-80.

NUNES, M.B.M.L., SCHWARTZMAN, S., WROBEL, V. Estratificação social e Educação: caminhos e alternativas para o homem do campo. *Dados*, Rio de Janeiro, n.16, p. 33-68, 1977.

OLIVEIRA, J.B. Repensando o ensino de segundo grau: subsídios para discussão. *ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.3, n.8, p.285-312, jul./set. 1995.

PAIVA,V. Notas sobre educação, dominação e emancipação: a influência dos educadores frankfurtianos em 1968 e a redescoberta de S. Bernfeld. In: PAIVA, V.(Org) A atualidade da escola de Frankfurt. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v.1, n.0, p.120-43 set. 1996.

RIST. R. On understanding the processes of schooling: the contributions of labeling theory. In: KARABEL, J. , HALSEY, A.H. (Org.) *Power and ideology in Education*. New York: Oxford University Press, 1977. p.292-312.

ROGOFF, N. Local social structure and educational selection: In: HALSEY, A.H., FLOUD, J., ANDERSON, C.A (Ed.) *Education, economy and society*. New York: The Free Press, 1971. p.241-51.

ROSENTHAL, R., JACKSON, L. *Pygmalion in the classroom*: teacher expectation and pupil's intellectual development. New York:: Holt, Rinehart and Winston, c1968. x, 240p.

SEWELL, W., SHAH, V. Socioeconomic status, intelligence and the attainment of higher education. In: Karabel, J., HALSEY, A.H.(Org.) *Power and ideology in Education*. New York: Oxford University Press, 1977. p.197-214.

STEIN, S.A. *Por uma educação libertadora*. 4.ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 1981. 97p.

SCHIFF, M. *A inteligência desperdiçada*: desigualdade social, injustiça escolar. Tradução por Walkiria Sttineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 170p. (Biblioteca Artes Médicas. Psicopedagogia). Tradução de: L'intelligence gaspillee: inegalite sociale, injustice scolaire.

TEIXEIRA, S. Sobre a construção social do conceito de indivíduo. In: MARKERT, W. (Org.) *Trabalho, qualificação e politecnia*. Campinas(SP): Papirus, 1996. p.71-82. (Educação e transformação).

THERRIEN, J. - Trabalho e saber: a interação no contexto da pós-modernidade. In: MARKERT, W. (Org.) *Trabalho, qualificação e politecnia*. Campinas (SP): Papirus, 1996. p.53-70. (Educação e transformação).